

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.437 - PE (2019/0023026-5)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
SUSCITANTE : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PAULISTA - PE
INTERES. : EDNALDO DONARIO DA SILVA
ADVOGADO : DILMA PESSOA DA SILVA - PE000999A
INTERES. : MUNICÍPIO DE PAULISTA
ADVOGADOS : RODRIGO CAVALCANTI PESSOA DE MORAES - PE023695
FRANCISCO AFONSO PADILHA DE MELO E OUTRO(S) - PE023071
MANOEL FONSECA DA SILVA - PE006229

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de conflito negativo de competência, suscitado pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**, em face do **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PAULISTA - PE**, relativo ao processamento e julgamento da Reclamação Trabalhista ajuizada por **EDNALDO DONARIO DA SILVA**, pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas decorrentes da contratação pelo **MUNICÍPIO DE PAULISTA - PE**.

Dispensada a remessa ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 951, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, acentuo que o Conflito comporta conhecimento, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, consoante o disposto no art. 105, I, *d*, da Magna Carta.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 3.395/DF, interpretando o inciso I do art. 114 da Constituição da República, alterado pela EC 45/2004, ao apreciar a expressão “*relação de trabalho*”, afastou qualquer interpretação que atribuísse à Justiça do Trabalho competência para apreciar causas envolvendo a Administração Pública e seus servidores, vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

Em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a 1ª Seção desta Corte tem acolhido o entendimento segundo o qual “a competência para processar e julgar os litígios instaurados entre os agentes públicos e os entes estatais a que servem depende da natureza jurídica do vínculo entre as partes, cabendo à justiça trabalhista o exame das relações fundadas na CLT e à justiça comum, federal ou estadual, aquelas sujeitas a regime estatutário ou jurídico-administrativo” (CC 129.447/RN, 1ª S., Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 30.09.2015).

No caso em exame, em que pese o objeto da reclamação trabalhista tenha sido o recebimento de verbas relativas ao período em que o Reclamante possuía, com o Município, vínculo regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO** reconheceu que a controvérsia deveria ser dirimida pela Justiça Comum e não pela Justiça do Trabalho, considerando o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal na ADI 3.395/DF.

Dessarte, aplica-se a orientação da 1ª Seção desta Corte, de que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação trabalhista ajuizada por agente público contratado sob o regime celetista:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO PELO REGIME CELETISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. De acordo com o entendimento da Primeira Seção desta Corte, a Justiça do Trabalho é competente para o processo e julgamento de causas propostas por servidores públicos municipais contratados sob o regime da CLT, instituído por meio de legislação municipal própria.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 134.347/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2015, DJe 03/09/2015).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO. REGIME CELETISTA. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Segundo a jurisprudência da Primeira Seção (STJ), “A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as reclamações trabalhistas propostas por servidores públicos municipais contratados sob o regime celetista, instituído por meio de legislação municipal própria” (CC nº 116.308, SP, relator o Ministro Castro Meira, DJe de 17.02.2012).

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 134.343/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES – DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO ESTADUAL. NEGATIVO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. REGIME JURÍDICO CELETISTA. LEI MUNICIPAL 1.017/2008. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PRECEDENTES.

1. Trata-se de Conflito Negativo de Competência entre o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais de Cambuí-MG e o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre - MG, nos autos da Reclamação Trabalhista ajuizada por Marcelo Nascimento contra o Município de Córrego do Bom Jesus, visando obter verbas decorrentes de vínculo empregatício.

2. A determinação da competência para o processo e o julgamento das demandas que envolvem direitos decorrentes da relação de trabalho entre Servidores Públicos e a Administração Pública depende do vínculo estabelecido entre eles.

3. O autor foi admitido no Município de Córrego do Bom Jesus, mediante a assinatura de sua carteira de trabalho (fl. 17, e-STJ) e nos termos da Lei Municipal 1.017/2008, que dispõe em seu art. 1º, parágrafo único, que o regime jurídico local é o celetista (fl. 18, e-STJ).

4. Assim, temos que a relação jurídica estabelecida entre as partes encontra-se amparada pelos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, razão pela qual não há como afastar a competência da Justiça Laboral para o julgamento da demanda. Precedentes do STJ.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no CC 135.877/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 10/12/2014, destaques meus).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 9/94. SUBMISSÃO AO REGIME CELETISTA. EXPRESSA DISPOSIÇÃO LEGAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Com a promulgação da Emenda Constitucional 19/98, alterou-se a redação do art. 39 da CF/88, eliminando-se a exigência do regime jurídico único e dos planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações públicas.

2. Todavia, na assentada de 2.8.2007, o STF concedeu liminar na ADI n. 2.135, restabelecendo a redação original do art. 39 da CF/88. Ao proferir o resultado do julgamento, o Plenário modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, concedendo efeito ex-nunc à decisão. Dessa forma, até que se julgue o mérito da questão, os Municípios que adotaram o regime da CLT para seus servidores, durante a vigência do art. 39 (com redação nova conferida pela Emenda Constitucional 19/98), podem continuar a utilizar esse normativo.

3. Na hipótese dos autos, o art. 2º da Lei Municipal n. 2.814/2007 dispõe que o regime jurídico dos servidores municipais será regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

4. Competência do Juízo da Vara do Trabalho de Salto - SP para o julgamento da reclamação trabalhista.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no CC 115.400/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/04/2011, DJe 04/05/2011).

Confirmam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: CC 143.379/MG, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 06.10.2015; CC 136.215/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 02.02.2015; CC 129.037/MG, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe de 02.04.2014.

Posto isso, nos termos do art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil, combinado com art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, **CONHEÇO DO CONFLITO E JULGO-O PROCEDENTE** para declarar a competência do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**, o Juízo Suscitante.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo Suscitante e ao Juízo Suscitado.

Publique-se. Intime-se.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora